

Brasil só paga juro quando fechar acordo

O embaixador da dívida externa, Jório Dauster, descartou ontem a possibilidade de o Brasil efetuar o pagamento, mesmo que simbólico, dos juros atrasados aos credores internacionais, antes do fechamento de um acordo geral para a renegociação da dívida externa. "Não há nenhuma intenção nesse sentido. Os atrasados não são um contexto separado, fazem parte da dívida", sintetizou.

De acordo com o Banco Central, os juros brutos da dívida externa somaram, no ano passado, 10,97 bilhões de dólares. Deste total, a moratória técnica, decretada pelo Brasil desde junho 1989, bloqueou o pagamento de 3,59 bilhões de dólares de juros e 1,02 bilhão de dólares em outras obrigações. No global, o Brasil deve aproximadamente 111 bilhões de dólares aos bancos credores e instituições multilaterais.

Dauster disse que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deverá antecipar, na reunião do FMI, em Washington, as linhas básicas para a renegociação da dívida. "Parti-

mos com a credencial e a altivez de um país que fez o ajuste interno antes. Ela (Zélia) vai falar com uma credibilidade que o País não tinha no passado", analisou.

O primeiro passo para a renegociação, segundo Jório Dauster, será o fechamento de um acordo **stand-by** com o FMI. As conversações deverão ser iniciadas logo que o governo brasileiro disponha de números concretos e absolutos sobre a economia gerada pelo ajuste interno. Esses dados, ainda em fase de conclusão, serão apresentados a uma missão do Fundo, que virá ao Brasil em junho próximo, quando a comissão negociadora, encabeçada por Dauster, sinalizará também qual será a capacidade de desembolso.

Dauster esclareceu que a intenção de se pagar cinco bilhões de dólares ao ano, de juros e serviço da dívida, "é apenas um elemento de indicação", observando que não há nenhuma decisão concreta a respeito do montante a ser desembolsado. Essa meta foi anunciada reite-

radas vezes durante a campanha eleitoral pelo presidente Fernando Collor. "Pode ser maior ou menor", assinalou Dauster.

"Não será negociado nada que represente a destruição do plano de estabilização", assegurou Dauster. Segundo ele, o comitê de negociação vai pressionar por um acordo que se adeque às restrições monetárias e fiscais. Ele avaliou que os bancos credores deverão se mostrar receptivos à proposta de redução da dívida externa.

Lembrou que antes os países endividados pagavam juros e principal, adaptando suas economias a ajustes formulados pelo FMI. "Queremos inverter esse processo", informou.

O embaixador afirmou que a política de abertura às importações, implementada pelo atual governo, será apresentada aos credores como forma de sensibilizá-los para uma redução da dívida, em condições mais satisfatórias do que as previstas no Plano Brady.

JOAQUIM FIRMINO



Dauster disse que nada que ameace o Plano será negociado com o FMI